



Os “padres novos” no Brasil. Aspectos históricos e formação identitária

The “new priests” in Brazil. Historical aspects and identity formation

ALZIRINHA SOUZA^a

Resumo

O processo de formação presbiteral foi e sempre será uma questão fundamental na Igreja em seus aspectos humanos, identitários e históricos. Este texto propõe uma reflexão histórico-teológica sobre as questões perenes que permeiam a formação presbiteral de todos os tempos, trazidas à tona, mais uma vez, pela pesquisa sobre o perfil dos “padres novos” no Brasil, notadamente em relação aos dados levantados relativos ao processo de formação dos presbíteros e as motivações vocacionais. Três das dez questões concernentes à vida e o exercício do ministério dos presbíteros estão aqui em pauta: 1. Como anda o processo de formação dos futuros presbíteros hoje; 2. O que parece motivar um jovem ser padre hoje; 3. O que parece desmotivar um jovem ser padre hoje. O texto está organizado em três momentos: no primeiro, faz-se uma apresentação dos dados levantados; no segundo, uma análise preliminar dos mesmos; no terceiro, se apresenta algumas considerações de caráter teológico-pastoral em relação à formação presbiteral, a partir dos elementos-chave de maior incidência nas respostas às três perguntas em questão.

Palavras-chave: Eclesiologia. Ministérios. Formação presbiteral. Identidade. Padres novos.

^a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PucMinas), Belo Horizonte, MG, Brasil; Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP), São Paulo, SP, Brasil. Doutora em Ciências Teológicas e Religiosas, e-mail: alzirinharsouza@gmail.com

Abstract

The process of priestly formation was and will always be a fundamental issue in the Church in its human, identity and historical aspects. This text proposes a historical-theological reflection on the perennial questions that permeate the priestly formation of all times, brought to light, once again, by the research on the profile of the "new priests" in Brazil, notably in relation to the data collected relative to the process of formation of priests and vocational motivations. Three of the ten questions concerning the life and exercise of the ministry of priests are discussed here: 1. How is the process of formation of future priests going today? 2. What seems to motivate a young person to be a priest today; 3. What seems to discourage a young person to be a priest today. The text is organized in three stages: in the first, there is a presentation of the data collected; in the second, a preliminary analysis of them; in the third, some theological-pastoral considerations are presented in relation to priestly formation, based on the key elements of greater incidence in the answers to the three questions in question.

Keywords: Ecclesiology. Ministries. Priestly training. Identity. New Priests.

Introdução

A apresentação dos dados e sua análise preliminar, seguidas de uma reflexão teológica que aqui apresentamos, nascem da abordagem das informações levantadas de três questões da Parte III do questionário aplicado na pesquisa de campo, dentre as dez que a compõem, relativa à *vida e ao exercício do ministério do presbítero na Igreja e no mundo de hoje*. Trata-se das questões 5, 6 e 7, que versam sobre o processo de formação dos futuros presbíteros hoje, seguido do que parece motivar e desmotivar um jovem a ser padre hoje.

Os dados foram levantados a partir de agentes eclesiais alinhados a duas perspectivas sócio-pastorais: a perspectiva “institucional/carismática” à qual se alinham os “padres novos”, e a perspectiva “evangelização/libertação”, em que se remetem a ela os “padres das décadas de 1970/80”. Para cada perspectiva foram escutadas, de forma equitativa, opiniões de cinco categorias de agentes eclesiais: *padres, leigos/as, jovens, seminaristas e religiosas*. O conjunto de nossa análise resultará horizontalmente da inter-relação das duas perspectivas e, verticalmente, das alternativas de resposta

assinadas pelos agentes eclesiais e seus respectivos índices percentuais de incidência.

Os agentes consultados foram convidados a assinalar três alternativas em ordem de importância. Aqui vamos nos limitar somente ao que foi indicado em primeira opção, fazendo menção ocasionalmente ao que aparece em primeiro, segundo ou terceiro lugar na soma das indicações das categorias de agentes eclesiais consultados. Após a apresentação dos dados relativos a cada questão em pauta, faremos uma análise de possíveis elementos que façam relações convergentes ou divergentes entre as duas perspectivas sócio-pastorais para chegarmos na terceira parte de nossa abordagem ao nosso objetivo, que é emitir algumas luzes com vistas a ampliar a compreensão do perfil dos “padres novos”.

1. Relatório dos dados das questões relativas à formação presbiteral e à motivação vocacional

Questão 5. Como anda o processo de formação dos futuros presbíteros hoje?

Em linhas gerais, cabe destacar que das dez alternativas de resposta possíveis a serem indicadas três em ordem de importância, do que resultou em primeira opção, somente as que ficaram em primeiro e quarto lugares são de aspecto positivo. As demais destacam aspectos negativos. Considerando essa observação, podemos dizer que, dos resultados apresentados, se destaca o aspecto positivo dado à primeira opção de resposta com a afirmação de que está “bom, com bons formadores e bons cursos de teologia”. É curioso notar que nos agentes da perspectiva “institucional/carismática”, o maior percentual recai sobre os jovens (55,9%), seguidos dos seminaristas (38,5%) e dos padres (34,3%). Ora, a positividade de seminaristas e padres está ligada diretamente ao fato de terem passado ou ainda estarem no processo de formação. Contudo, a pesquisa não revela qual a razão e quais os critérios utilizados pelos jovens para afirmar que a formação é boa. Podemos inferir que o modelo de seminarista ou de padre com o qual convivem atenda às suas expectativas de positividade que associam ao fator formação. Em contrapartida, os agentes da perspectiva “evangelização/libertação” com

relação a esta alternativa apresentam índices mais tímidos e compostos somente pelos leigos (13,0%) e seminaristas (29,8%), aos quais, a partir de sua perspectiva, poderíamos inferir as mesmas razões.

Contudo, é curioso perceber que as duas alternativas seguintes de respostas — Padres novos são mais autoritários e se julgam mais importantes que os leigos; e Parece que são formados para fazer funcionar a paróquia tradicional — por si só se contrapõem à positividade do processo de formação assinalada em primeiro lugar. Ora, poderíamos nos perguntar: como padres que passam por uma “boa formação” podem ser autoritários e funcionários da Igreja? Faz-se interessante destacar que, mesmo na perspectiva “institucional/carismática” se registra uma forte crítica ao autoritarismo por parte das religiosas (25,0%) e ao funcionalismo eclesial por parte dos padres (11,9%). Nesse sentido, as repostas dos agentes da perspectiva “evangelização/libertação” são bastante coerentes com o assinalado em primeiro lugar, em que a crítica ao autoritarismo é centrada nos padres (22,4%), jovens (24,6%) e religiosas (17,8%) e, ao funcionalismo, nos leigos (20,8%).

Ainda nesta questão relativa ao processo de formação, é importante perceber que em quarto lugar parece — imaturidade afetiva e emocional —, com um significativo acento na perspectiva “institucional/carismática”, notadamente na percepção das religiosas (18,8%). Já na perspectiva “evangelização/libertação” se destacam os próprios seminaristas (25,5%) e os padres (11,9%), desvelando que nem mesmo os que estão na formação sentem que o processo os auxilia no desenvolvimento da afetividade e da sexualidade. Por último e não menos importante, há que se perceber a variável do comodismo apontada na perspectiva “institucional/carismática” pelos leigos/as (12,2%), que desde nosso ponto de vista, está diretamente ligada ao funcionalismo assinalado em terceiro lugar.

Questão 6. O que parece motivar um jovem a ser padre hoje?

Com relação ao que parece motivar um jovem ser padre hoje, há a convergência de todas as categorias de agentes eclesiais consultados em apontar em primeira opção — responder a um chamado de Deus, a uma vocação recebida. Na perspectiva “institucional/carismática” destacam-se os altos percentuais de concentração por agente: religiosas (73,5%), jovens (67,3%), seminaristas (59,7%), padres (47,1%) e, em percentual bastante inferior

ao maior, os leigos registram (27,2%). Ao que parece, os padres, por já atuarem, percebem que, para o exercício do magistério, a motivação deve agregar mais elementos que vão além do “chamado de Deus”. Por outro lado, esse parece ser, ainda que em menores percentuais, um valor importante também para os agentes da perspectiva “evangelização/libertação”, notadamente para os jovens (45,3%) e seminaristas (42,9%). Os padres, leigos e religiosas desta perspectiva aparecem com menor índice: 29,9%, 25,2% e 18,3%, respectivamente.

Em segundo lugar, a maior incidência está em apontar que, o que parece motivar um jovem ser padre hoje é o exemplo e testemunho edificante de outros padres, alternativa esta indicada pelos padres (20,6%) e seminaristas (14,3%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelos seminaristas (20,4%) e religiosas (16,9%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Isso nos parece bastante coerente com a realidade, considerando que muitos jovens despertam para interesse no presbiterato a partir do contato com padres e religiosas. Na sequência, a maior incidência na indicação em segundo lugar aparece “Viver mais profundamente a fé, com Deus e as pessoas: jovens” (20,5%) da perspectiva “institucional/carismática” e os jovens (21,7%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Os leigos/as da perspectiva “institucional/carismática” são os únicos a indicar em segundo lugar ser pregador, levar a Palavra de Deus, orientar as pessoas (23,5%).

Por sua vez, indicam em segundo lugar uma vida bonita, tranquila, confortável, morar bem — as religiosas da perspectiva “institucional/carismática” (8,8%) e os leigos/as da perspectiva “evangelização/libertação” (21,7%). Finalmente, os padres (15,5%) e as religiosas (16,9%) da perspectiva “evangelização/libertação” nomeiam ainda, em segundo lugar, uma missão importante, com prestígio e visibilidade.

Questão 7. O que parece desmotivar a ser padre hoje?

Com relação ao que parece desmotivar um jovem a ser padre hoje, a maior incidência recai sobre o celibato e uma possível vida de solidão, carência afetiva, desequilíbrio emocional. Esta alternativa é indicada, em primeira opção, pelos jovens (30,6%) e religiosas (15,6%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelos padres (34,7%), leigos/as (25,1%), jovens (56,1%) e religiosas (21,9%). Esta alternativa é reforçada pela indicação, em

segundo lugar, por parte dos seminaristas da perspectiva “evangelização/libertação” (19,6%). Chama a atenção a unanimidade das categorias de agentes eclesiais desta perspectiva em indicar esta alternativa, com exceção dos seminaristas, que indicam contra-testemunho de alguns padres, dinheiristas ou sem observância do celibato (26,1%). Curiosamente, o tema de pauta dos últimos tempos na Igreja em geral — os escândalos de pedofilia, aparece com índices ínfimos, com exceção das religiosas da perspectiva “institucional/carismática” que a nomeiam em primeiro lugar, junto a outras alternativas no mesmo rango (15,6%).

Na sequência, “Uma vida de muito sacrifício, sempre à disposição dos outros” é o fator nomeado em primeiro lugar pelos padres (19,7%), leigos/as (32,0%) e religiosas (15,6%) da perspectiva “institucional/carismática”. Esta alternativa é reforçada pela indicação, em segundo lugar, por parte dos seminaristas (16,5%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelos leigos/as (24,8%), jovens (12,2%) e religiosas (17,8%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Já seminaristas (21,5%) e religiosas (15,6%) da perspectiva “institucional/carismática” e, como frisamos, os seminaristas (26,1%) da perspectiva “evangelização/libertação” indicam o contra-testemunho de alguns padres, dinheiristas ou sem observância do celibato. Esta alternativa é reforçada pela indicação em segundo lugar por parte dos leigos/as (20,7%) da perspectiva “institucional/carismática”. É interessante perceber que, para os jovens (1,9%), essa não é uma questão ao que parece. Outro dado curioso é que, para os padres da perspectiva “evangelização/libertação”, essa é aparentemente uma questão secundária (8,4%).

Aparece ainda em segundo lugar como fator que desmotiva um jovem ser padre, hoje, a sociedade e os meios de comunicação que apontam para a felicidade em outras coisas. Esta alternativa é nomeada pelos jovens (22,3%), seminaristas (16,5%) e religiosas (12,5%) da perspectiva “institucional/carismática”; e pelos seminaristas (19,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Chama a atenção que os padres da perspectiva “evangelização/libertação” indiquem, em segundo lugar, uma vida frustrada de alguns padres, amargurados e solitários (14,7%) e que os “padres novos” indiquem o trabalho na paróquia, centrado na administração e na liturgia

(18,2%), um índice bastante alto em relação aos demais agentes das duas perspectivas. Ora, podemos inferir que esses padres têm seu trabalho centrado na administração paroquial e que isso, na prática, constitui um peso?

2. As transformações pós-conciliares na vida dos presbíteros

Como indicamos anteriormente, nossa análise teológica mais ampla parte das indicações dadas pelas três principais respostas dos agentes das duas perspectivas. Dessa maneira, de percentuais, essas indicações são transformadas em temas que impactam diretamente o tema da formação, seja como processo, seja como resultado. Nesse sentido, queremos que nossa reflexão, em escopo mais amplo, não os responda diretamente, mas emita luzes sobre os temas advindos das questões 5 (*processo formativo, autoritarismos e funcionalismo*), 6 (*chamado de Deus, vivência da fé e testemunho de terceiros*) 7 (*celibato, vida de sacrifícios e contratestemunho de padres*). Deve-se considerar naturalmente a época histórica, bem como os diferentes contextos em que a pesquisa foi realizada; eventualmente, se ela tivesse sido realizada há cem anos, os temas nela surgidos poderiam ser outros. Contudo, entendemos que os que se apresentaram são inerentes à formação sacerdotal em qualquer tempo.

Não foram poucas as transformações demandadas e suscitadas pelo Concílio Vaticano II, que, em maior ou menor grau, tocavam aos temas destacados. No entanto, passados mais de cinquenta anos, poderíamos ainda nos perguntar até que ponto, de maneira geral, essas transformações foram efetivamente realizadas? A perenidade de temas de fundo como os detectados reforça nossa questão.

Naquele momento o grande desafio era fazer transitar uma geração formada num estilo pré-conciliar para um novo estilo pós-conciliar, mesmo que eventualmente nem fosse de fato o desejo de muitos. Nesse sentido, justificava-se o questionamento acerca de temas que pautaram por mais de 400 anos, desde o Concílio de Trento até o Concílio Vaticano II, a formação sacerdotal. Todavia, analisando os temas que se desvelam na pesquisa e considerando a realidade atual e os dados destacados anteriormente, assim

como a perenidade desses temas, poderíamos propor duas perguntas imediatas. A primeira: estaríamos agora em um movimento de transformação às avessas, com jovens padres com posturas próximas ao estilo pré-conciliar? E a segunda: onde o processo de formação não evoluiu, a ponto de não superar as questões apresentadas que são recorrentes ao longo do tempo?

Posta essa reflexão inicial, vejamos alguns elementos históricos que ampliam o escopo da reflexão sobre o tema a partir do contexto latino-americano. Efetivamente, se levarmos em consideração o ambiente pós-conciliar e pós-Medellín, mais especificamente na América Latina, podemos questionar a expressão “transformação ou avanço”. Ao longo dos anos pós-conciliares, desvelaram-se a tensão e a dificuldade existentes na Igreja geral — e principalmente no episcopado latino-americano — relativas à “linha eclesiológica” a ser assumida no continente. Certamente, os documentos finais de Medellín e Puebla demonstram “avanços” se considerarmos, sobretudo, o ponto de contextualização da Igreja e da teologia latino-americana; contudo, não se pode desmerecer o alto custo suportado por alguns bispos que se colocaram em linha profética nesse momento.

No tocante à formação presbiteral, a tensionalidade para definir como seria e qual papel exerceria o presbítero pós-conciliar nasce da indefinição primeira de como ser um bispo pós-conciliar. Em definitivo, a nova compreensão do exercício de autoridade não se encontrava na ordem do dia daqueles que mesclavam o conceito de autoridade com autoritarismo e que não queriam deixar seu *status quo*, seja por comodismo, seja por limitação de aceitação das mudanças estabelecidas no mundo como um todo, que deveriam necessariamente concernir à Igreja. Os padrões “normais” dos bispos advindos do padrão de Trento — cuja tarefa era lutar contra a corrupção, a ignorância do clero e as heresias protestantes, e estabelecer estrita disciplina eclesiástica para aplicações rigorosas dos decretos do Concílio — sustentaram muitas mentalidades eclesiásticas daquele momento e, eventualmente, ainda hoje são utilizados.

Nesse contexto, de caráter tridentino, a relação se dava entre bispos e Santa Sé, buscando o cumprimento estrito do Direito Canônico (COMBLIN, 1984, p. 25). Seu papel era reformar a Igreja, e não a sociedade. Um bispo desse modelo não deve se deixar condicionar pela situação específica ou concreta de

seu povo: é Roma quem deve pensar. Nesse modelo, encontravam-se D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1878), que marcou a Igreja de Olinda e Recife como protagonista da questão religiosa, resultante do conflito entre Igreja e Maçonaria (1872–1875), defendendo fortemente a posição romana; D. Vicente Scherer (Porto Alegre, 1996); D. Sigaud (Diamantina, 1996), entre outros que, por longo período, estabeleceram oposição clara a bispos como D. Hélder Câmara (Recife, 1999), D. Paulo Evaristo (São Paulo, 2016), D. Antônio Fragoso (Ceará, 2006) e outros que apoiavam e eram suportados pelo pontificado de Paulo VI. Ora, a soma dos dois perfis apresentados, social e eclesiástico, revela o contexto herdado de constituição e compreensão sobre o que era ser um bispo e qual era sua função durante os anos pré-conciliares (SOUZA, 2018). Nos tempos atuais, identificaríamos talvez uma gama maior de nomes com esse perfil.

Outro elemento determinante no contexto brasileiro foi a formação eclesiástica. Situemos que, até o período conciliar, o ensino de teologia e filosofia no Brasil não era marcado pelo exercício da produção de pensamento. Esse movimento e a instauração de universidades no Brasil vieram tardiamente com a primeira instituição de ensino superior, que foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808 (PRADO, 2011). Os futuros padres, até a metade do século XX, ou eram formados em seminários locais, ou enviados à Europa para receberem ali uma teologia quase que antagônica à realidade latino-americana. A consolidação, nos anos 1950 e 1960, das “teologias de periferia” — principalmente da teologia da libertação na América Latina — permitiu um lento processo de transformação na formação, que em definitivo não atingiu a grande massa, mas proporcionou a formação de um núcleo que percebia a realidade desde outra perspectiva. Suportado pela primeira fase dos trabalhos do CELAM, ao menos até a aprovação de Puebla, quando já se instaurara uma movimentação clara de fechamento configurada na pessoa do Card. Alfonso López Trujillo, esse núcleo apoiou os padres formados nas décadas de 1970/80 (SOUZA, 2019).

Igualmente importante é considerar que os textos conciliares, por si só, não suportavam claramente as expectativas de abertura necessárias à Igreja naquele momento. É significativo lembrar que, contrariamente às expectativas de continuidade da abertura da Igreja, Paulo VI entra nas disputas das maiorias

e minorias do Concílio e realiza, em novembro de 1964, várias intervenções intempestivas sobre os temas do ecumenismo, da mariologia e da liberdade religiosa na chamada “semana negra de novembro de 64” (FOUILLoux, 2011, p. 526). Tímidos, os textos conciliares exigiam o realizado por *Medellín*, isto é, uma releitura à luz dos diferentes continentes, regiões e culturas em que a Igreja estava. O profetismo expressado pelos bispos do Pacto das Catacumbas (SAUVAGE; SAAVEDRA, 2019), anunciado ao final do Concílio, precisava ser expresso na concretude da realidade, e a última aula conciliar precisava ser início e não fim de um processo de transformação.

Com esses elementos, aliados a uma mudança de época, política, social, econômica e moral, o processo termina por expressar muito mais uma crise do que um avanço, crise essa marcada pela chamada perda das “vocações sacerdotais e religiosas” que se efetivou nas décadas de 1960-1970, sobre as quais foram realizadas muitas análises e que *Puebla* denominará “crise de identidade” (PB, 676) na perspectiva teológica (PB 690-696; 711-714) (COMBLIN, 1981, p. 320)¹.

O “novo” padre pós-conciliar

Mesmo sem saber muito o que esperar de um padre pós-conciliar, tomou-se por parâmetro eliminar os elementos que não mais contribuía para a aproximação da Igreja com as novas demandas concretas do mundo. Pedia-se simplesmente que os presbíteros pós-conciliares fossem “eles mesmos, na Igreja do mundo aqui e agora!” (CARVALHEIRA, 1966, p. 530).

Os elementos da realidade que tocam o coração de homens e mulheres de nosso tempo, bem como a docilidade ao Espírito que permite perceber os novos Sinais dos Tempos destacados na Constituição *Gaudium et Spes*,

¹ COMBLIN, J. Algumas reflexões sobre a formação sacerdotal hoje. *In*: REB, v. 41, fasc. 162, jun. 1981. p. 320. Afirma Comblin: “A crise foi séria, sem dúvida. Foi quantitativa e qualitativa: quantitativamente porque no Brasil se secularizaram mais ou menos 4.000 sacerdotes (de um total de 12.000). [...] quanto aos seminários maiores, a imensa maioria desistiu antes de chegar à ordenação. [...] A crise foi também qualitativa: por entre os sacerdotes e seminaristas que se retiraram, estavam quase todos os que tinham a melhor preparação intelectual ou que tinham estudado na Europa e nos melhores institutos”.

denominados “mudanças profundas e rápidas” (GS 4), não foram suficientes para suportar a etapa de transição de dois momentos distintos da Igreja. Contudo, o contexto indicava que aqueles que desejassem acompanhar as mudanças deveriam abrir-se a elas e fazer forte contraponto ao modelo eclesiológico anterior. Realmente, nem todos conseguiram acompanhar a transformação; além disso, essa tensionalidade permanece clara até os dias atuais.

Era necessário superar o juridicismo da Igreja “sociedade perfeita”, o triunfalismo, os privilégios, a moralidade da cristandade, e passar à realidade, ao mundo concreto. A postura apologética do clero deveria dar lugar às transformações propostas por João XXIII, tão claras desde seu discurso de abertura do Concílio em 1962 (JOÃO XXIII, 1962).

No entanto, o despreparo para a mudança foi a grande marca, uma das causas do “grande desajustamento e da conseqüente crise do clero” (CARVALHEIRA, 1966, p. 531), o que felizmente não tomou a sua totalidade. Os mais jovens que viveram o Concílio, capitaneados pelos Bispos das Catacumbas, perceberam seu intuito mais original e aderiram às mudanças, às vezes de forma tão entusiasmada que extrapolavam os limites impostos pela própria Igreja².

Em última instância, a contribuição do Concílio foi a séria intenção de restabelecer a aproximação da Igreja com os novos sinais do tempo presente, mas sem estabelecer ruptura com a rica tradição que a constituiu até aquele momento.

O documento conciliar *Presbyterorum Ordinis* (PO 1) afirma: “os presbíteros são promovidos ao serviço do Cristo Mestre, Sacerdote e Rei. Participam do seu ministério que, dia a dia, constrói aqui na terra a Igreja para que Ela seja Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo”. Dado que o documento mantém sua validade, poderíamos nos perguntar se, ao

² Tivemos muitos exemplos nesse sentido. Na Terceira Divisão da Arquidiocese de São Paulo, a última paróquia da Região Episcopal Belém (divisa com Santo André), naquele momento confiada à Congregação Religiosa dos Espiritanos, perdeu todas as imagens dos santos que ali estavam. A ida para outro extremo, elemento comum em tempos de mudanças, formou um contraste entre os padres “tradicionais” e os “modernos” que foram rapidamente associados à teologia da libertação.

longo dos anos e ainda hoje, há essa disposição por parte dos presbíteros e se são formados para essa dinâmica.

Características primeiras de um presbítero: de ontem para hoje e sempre

Nesse sentido, podemos elencar características que seriam esperadas de um presbítero pós-conciliar que aderiu à exortação de mudanças na Igreja³, o que, a nosso ver, deveria ser considerado de forma perene, dada sua importância para o exercício do magistério em qualquer tempo. Parece-nos, entretanto, que nos tempos atuais esses presbíteros voltam revestidos de elementos pré-conciliares.

Primeiramente, temos *a práxis sobre a teoria*. Ser visto em vestes específicas não era mais suficiente para aquele momento, para uma sociedade que efetivava o direito descoberto no Iluminismo de pensar por si mesmo. O ser humano moderno estava em mudança e o clero deveria demonstrar uma nova práxis que o acompanhasse. No tocante ao religioso, haveria que considerar a liberdade de escolha das pessoas que levou ao grande crescimento das novas denominações cristãs e não cristãs nas periferias. Perdeu-se a “supremacia” da Igreja Católica, que havia de se importar primeiro com a realidade concreta de homens e mulheres, e depois com a religiosidade das pessoas.

Estando próximo e compreendendo as realidades por vezes tão duras, o presbítero pós-conciliar assume a função de apóstolo missionário e profeta de seu tempo. Não há mais como olhar para a realidade e calar-se sobre ela. Deverá “não expor apenas, de modo geral e abstrato, a Palavra de Deus, mas [...] aplicar a verdade perene do Evangelho às circunstâncias da vida” (PO 4). Em decorrência, é imperativo abrir mão dos privilégios advindos de uma “aura de sacralidade e misticismo” (CARVALHEIRA, 1966, p. 538). Afirmará brilhantemente o autor: “O padre do Concílio Vaticano II há de ser, portanto,

³Aqui, sem nos restringirmos a elas, seguiremos as intuições básicas, notadamente de Marcelo Carvalheira em seu artigo anteriormente citado.

o profeta no meio do povo. Verá aquilo que os outros não veem e dirá não somente as palavras que consolam, mas também as que incomodam por se dirigirem contra as desordens estabelecidas de toda sorte” (CARVALHEIRA, 1966, p. 538).

Colocando-se nessa posição, o presbítero conciliar torna-se pastor e homem de diálogo universal, postura tão marcante na pessoa de João XXIII. Talvez essa seja uma das maiores dificuldades naquela e em nossa época. No silêncio do autoritarismo e da manutenção do *status quo*, seguramente é mais fácil exercer e realizar a missão. Estabelecer diálogo com o mundo, com os diferentes atores sociais, exige desestabilizar-se e engajar-se em outra dinâmica pastoral, o que pressupõe não mais estar sobreposto, mas realizar uma Igreja que é *in acto*, que dialoga entre iguais. Ressalta Carvalheira: “o clima novo que se respira na Igreja de nossos dias deve condicionar a postura pastoral dos seus ministros” (CARVALHEIRA, 1966, p. 541)⁴. Não por acaso, o decreto sobre a formação presbiteral não deixa dúvida quando admoesta: “Que os alunos do Seminário conheçam de maneira exata a índole da época presente e se preparem convenientemente para o diálogo com os homens de seu tempo” (OT 15).

De fato, passados mais de cinquenta anos da publicação dos documentos conciliares, permanecem a tensão e as dúvidas quanto à formação e eleição eclesiológica do clero no contexto das demandas conciliares. Com propósito, por ocasião do centenário da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Argentina, em 2015, o Papa Francisco ainda escreve:

Por conseguinte, a teologia que elaborais seja radicada e fundada na Revelação, na Tradição, mas acompanhe também os processos culturais e sociais, em particular as transições difíceis. Neste tempo, a teologia deve enfrentar também os conflitos: não só os que experimentamos na Igreja, mas também os relativos ao mundo inteiro e que são vividos pelas ruas da América Latina. Não vos contenteis com uma teologia de escritório. O vosso lugar de reflexão sejam as fronteiras. E não cedais à tentação de as ornamentar, perfumar, consertar nem domesticar. Até os bons teólogos, assim como os bons pastores, têm o odor do

⁴ Citando: PAULO VI. Decreto *Optatam Totius*, de 28 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html

povo e da rua e, com a sua reflexão, derramam azeite e vinho sobre as feridas dos homens. (FRANCISCO, 2015).

3. Elementos de reflexão sobre a formação presbiteral

Não há como considerar a consolidação das mudanças em qualquer tempo, sejam elas para avançar ou retroceder, sem o processo de formação. Em escopo mais amplo, claro está que a formação de um presbítero não passa apenas pela formação teológica e filosófica. E essa é uma primeira mensagem para a qual as respostas dadas pelos entrevistados nos chamam a atenção, se considerarmos especialmente a pergunta 5 - *Como anda o processo de formação dos futuros presbíteros, hoje*, na qual somente 20,4% dos entrevistados, em valores globais, destacam a formação em filosofia e teologia, ao passo que os 79,6% restantes se diluem em nove outras questões. Além disso, o processo de formação ganha maior importância ainda se pensarmos que nele podem ser potencializados os fatores de “motivação” ou “desmotivação” que vemos refletidos nas questões 6 e 7, - *o que motiva e o que desmotiva um jovem a ser padre hoje*, que traduzem em grande parte a realidade dos “padres novos” hoje.

Seguramente, a intelectualidade tem sua importância; no entanto, desde o nosso ponto de vista, ela somente cumpre seu papel se necessariamente associada ao desenvolvimento humano, emocional, psíquico, social e de referência que ajude a constituir uma identidade própria e capaz de assumir os desafios do exercício do sacerdócio.

A pergunta decorrente que se faz é se a qualidade da formação, em todos os âmbitos, é suficientemente capaz de produzir um resultado eficaz. O conhecimento da teologia e da filosofia não pode arcar sozinho com essa responsabilidade. Aliás, em tempos atuais de volta da clericalização no sentido mais negativo possível, o que se vê nas universidades é uma parte de alunos refratários e desinteressados pelo exercício de ambos os cursos.

Poderíamos, então, voltar à pergunta central: em que consiste, em última instância, a formação presbiteral? As respostas seriam muitas. Para o teólogo José Comblin, responsável durante anos pela formação presbiteral no

Instituto de Teologia do Recife (ITER) e fundador das Escolas de Formação Missionária no Nordeste, dedicadas à formação dos leigos:

[...] a formação consiste nisso, que o seminarista vai se identificando, consciente e pessoalmente, com sua vocação, com a missão que lhe veio de Jesus Cristo; que o seminarista vai se identificando com um modelo de sacerdote não ideal, abstrato, teórico, mas concretamente existente na Igreja de hoje. [...] Por conseguinte, o verdadeiro formador ou educador é o próprio seminarista, o que não quer dizer, muito pelo contrário, que ele é quem deve fazer o programa de formação (COMBLIN, 1981, p. 323).

Nessa afirmação, gostaria de destacar a última parte da reflexão: “*vai se identificando com um modelo de sacerdote não ideal*”. De fato, não existem modelos ideais principalmente em se tratando de formação humana. E isso se dá, não somente porque as ciências implicadas se transformam, mas, sobretudo, porque a história se transforma e o humano que guarda sua unicidade se transforma com ela. Afinal, se não afirmamos um modelo ideal de formação, talvez possamos dizer que o ideal da formação deveria centrar-se em fornecer elementos que suportassem a formação da identidade livre de adultos capazes de exercer o seguimento de Jesus, dialogando com as questões do tempo presente. Criar modelos de formação anacrônicos é concorrer para a “*deformação*” de pessoas que serão incapazes de enfrentar a história.

O estudo realizado sobre a Vida Consagrada, a partir do instrumental de Comblin (SOUZA, 2017, p. 33), pode nos trazer alguns elementos sobre a formação da identidade, transportando-os ao presbiterato. Um primeiro aspecto que o autor destaca é a sacralização da vida religiosa/sacerdotal, no sentido de que homens e mulheres passaram a ser considerados “*semideuses/as*” ou, no mínimo, aqueles que estão mais próximos de Deus. Ora, alguns foram considerados verdadeiros objetos religiosos e na cristandade foram tratados efetivamente como objetos: pede-se a eles orações, bênçãos; pensa-se que sua palavra pode ser milagrosa, especialmente em contextos a que o clero secular não chega. Nesse sentido, a hierarquia secular se aproveitou desse fato e os religiosos igualmente souberam tirar proveito, comportando-se como tais (SOUZA, 2017, p. 34).

Assim como não se deve confundir o que é vida religiosa com estrutura religiosa, os presbíteros igualmente não devem mesclar o que é exercício do

presbiterato com a função estrutural que é atribuída a esse presbiterato. Para todo cristão, a única realidade, o único valor, é o amor. Nesse sentido, questiona-se Comblin: “a consagração da vida e os sinais não teriam substituído o amor essencial do cristianismo?” (SOUZA, 2017, p. 35). A consagração, tal como é posta atualmente para religiosos e presbíteros (dando-lhes privilégios de segurança total, autoridade, o marketing religioso, a disfunção de sua atuação, e o afastamento da caridade e por vezes da inserção no mundo dos pobres), não seria um sinal contra-evangélico?

Os votos e a ordenação presbiteral não representam a experiência, mas o que está englobado na experiência da vivência amorosa que se presume antes de assumi-los? É necessário sempre passar do nível do compromisso formalmente assumido ao nível da vivência da caridade e jamais permitir que o contrário aconteça. Logo, o desafio para presbíteros hoje é quase “ontologicamente cristão”: como ser cristão (viver a caridade) e ser presbítero ou religioso? Como equilibrar a estrutura formal e a inserção experiente da caridade? Parece-nos que o resultado da pesquisa sobre os “padres novos” aponta em alguns momentos para a constatação dos descompassos advindos da formação da identidade presbiteral, que exige uma ruptura com o modo anterior de vida e a configuração com novas exigências materiais e emocionais, que deveriam ser primeiramente suportadas pelo desejo consciente de engajamento a serviço do Reino de Deus.

Conclusão

Como afirmamos anteriormente, a análise aqui apresentada nasce da pesquisa sobre os Padres novos no Brasil, notadamente nas questões 5, 6 e 7. Não quisemos analisar as questões históricas-teológicas que envolveram os processos de formação no contexto brasileiro, notadamente no papado de João Paulo II, tais como fechamentos de institutos e iniciativas de formação. Antes, nosso objetivo primeiro foi que nossa reflexão pudesse iluminar as questões advindas dessas questões: 5 (*processo formativo, autoritarismos e funcionalismo*), 6 (*chamado de Deus, vivência da fé e testemunho de terceiros*) 7 (*celibato, vida de sacrifícios e contratestemunho de padres*). Para tanto, utilizamos como principal chave de leitura da “formação da identidade

presbiteral”, acentuada com maior força, no período pós-conciliar. Importante perceber que a questão da formação identitária tornou central em nossa análise, a partir da compreensão de ela nos permite suplantar as pontuações isoladas da política eclesial à medida que a concebemos com um “elemento perene” do processo de formação, é dizer, em qualquer tempo histórico e eclesial, a formação deveria antes de tudo proporcionar aos jovens seminaristas a integração da identidade presbiteral, que lhes permitam compreender-se inteiros na escolha de vida que fizeram e não somente com padres após o momento da ordenação.

Nesse sentido, os elementos apresentados em nossa reflexão nos permitem afirmar que as mudanças esperadas a partir do Concílio Vaticano II se demonstraram aquém das expectativas, considerando, sobretudo, a urgência da ressituação da Igreja frente ao mundo moderno. Situando-nos no tempo histórico, o Concílio Vaticano II, finalizado em 1965, foi atropelado pela revolução cultural, moral, social e político-econômica que teve seu cume no “maio 1968”. Com maior ou menor precisão dos documentos das Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e Caribe, a questão da identidade presbiteral, seja nos processos de formação, seja nas opções eclesiológicas, não conseguiu dirimir as tensões que se apresentam até os dias de hoje e que são reveladas pelos dados, por vezes contraditórios, apresentados pela pesquisa — *Perfil dos “padres novos” no Brasil*.

Há uma gama de possibilidades de fundo que poderiam ser propostas para a análise das questões formuladas, e o resultado da análise das questões nos indica, em seu escopo global, a ausência de convergência entre as possibilidades.

Por essa razão, quisemos voltar aos elementos fundantes da constituição da identidade presbiteral, apresentando as mudanças históricas da identidade eclesiológica da Igreja e seus reflexos na América Latina para concluirmos acerca de um ponto que para nós é essencial e supera a evolução da história: o processo de formação da identidade pessoal de cada seminarista se dá a partir da aceitação primeira e essencial de que o modelo de formação *não é ideal e acabado*, isto é, pode e deve ser continuamente melhorado, de forma a munir o formando na construção de uma identidade nova que se

reconheça motivada pelo desejo de permanecer nela, pela adesão à pessoa de Jesus Cristo e pelo serviço ao desvelamento do Reino de Deus na história.

Referências

CARVALHEIRA, M. O tipo do padre que a Igreja espera após o Concílio Vaticano II. *REB*, v. 26, n. 3, p. 529-551, 1966.

COMBLIN, J. Algumas reflexões sobre a formação sacerdotal hoje. *REB*, v. 41, n. 162, p. 321-346, 1981.

COMBLIN, J. Dom Helder e o novo modelo episcopal do Vaticano II. In: BERNARDA, M. (org.). *D. Helder Câmara, pastor e profeta*. São Paulo: Paulinas, 1984.

FOUILLOUX, E. Essai sur le devenir du catholicisme en France et en Europe occidentale de Pie XII à Benoît XVI. *Revue Théologique de Louvain*, v. 42, p. 526-557, 2011.

FRANCISCO. *Carta do Papa Francisco por ocasião do Centenário da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Argentina*. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/Papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html. Acesso em: 21 fev. 2021.

JOÃO XXIII. *Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII, na abertura solene do SS. Concílio*. Roma, 11 de outubro de 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 21 fev. 2021.

PRADO, M. L. C. Onde e quando surgiu a primeira universidade? *Revista Superinteressante*, 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/onde-e-quando-surgiu-a-primeira-universidade-2/2011>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SAUVAGE, P.; SAAVEDRA, L. *Le pacte des catacombes: une Église pauvre pour les pauvres*. Bruxelas: Lessius, 2019.

SOUZA, A. Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais. *REVER - Revista de Estudos da Religião da PUC-SP*, São Paulo, v. 18, p. 35-45, 2018.

SOUZA, A. O olhar de Comblin sobre a vida religiosa consagrada. *Convergência*, v. 502, p. 32-36, 2017.

SOUZA, A. Puebla 40 años. Resistencia y colegialidad sinodal en América Latina. In: LUCIANI, R.; SILVEIRA, M. P. *La sinodalidad en la vida de la Iglesia: reflexiones para contribuir a la reforma eclesial*. Madrid; São Paulo, 2020. p. 277-292.

RECEBIDO: 02/10/2021
APROVADO: 02/12/2021

RECEIVED: 10/02/2021
APPROVED: 12/02/2021